

Apresentação

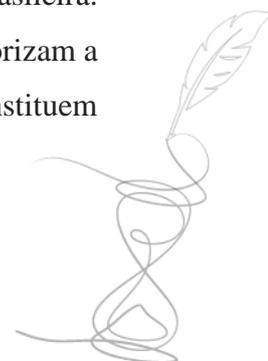
Dalila Varela Singulane*

*Editora-chefe da Escritas do Tempo. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre, bacharela e licenciada em História pela UFJF, com habilitação em Patrimônio Cultural. Pesquisa com foco no impacto do racismo em políticas de preservação do patrimônio cultural. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com

O Patrimônio Cultural abrange uma vasta gama de expressões materiais e imateriais que refletem a herança histórica, artística e social de uma comunidade. Inclui monumentos, edificações, sítios arqueológicos, tradições orais, costumes, festividades, músicas, danças, saberes e práticas que foram transmitidos de geração em geração. Contudo, o Patrimônio Cultural também é caracterizado como campo de disputa econômica e simbólica na sociedade contemporânea, devido à sua relação com a história pública e memória coletiva, bem como sua face de movimentação econômica, seja pela especulação imobiliária ou pelo turismo.

Sua construção se deu, inicialmente, na França pós-revolução, quando percebeu-se a importância de lugares de memória para a coletividade e a nação, sendo o modelo de preservação francês replicado em todo o mundo ocidental. Assim, nas primeiras décadas da República brasileira, a proteção ao patrimônio também é implementada como importante ferramenta para criação de elos nacionais para fortalecimento do nacionalismo, isto é, sentimento de pertença ao território. No momento de fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob o governo varguista, as memórias preservadas eram homogêneas e faziam referência ao processo colonizador empreendido por Portugal, sendo assim elegidas como espaços de memória, prioritariamente, as igrejas católicas, fortes militares e construções que remetesse a este momento.

Foi somente a partir de 1960 devido à luta dos movimentos sociais, que o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) começou a preservar bens materiais que se referem à memória de grupos historicamente oprimidos, como a população afro-brasileira. Este movimento ainda está em curso e gera debates, pois a hegemonia de bens que valorizam a colonização e escravização de pessoas, a partir da memória dos escravocratas, ainda constituem o maior quantitativo do patrimônio brasileiro.



Nesse sentido, este dossiê corrobora com o processo de decolonização do patrimônio cultural ao trazer novas perspectivas da preservação e educação para o patrimônio. Nesta edição, contamos com cinco artigos dedicados ao tema e suas múltiplas formas de pesquisa, sendo que, entre eles, temos a tradução do texto de Partha Mitter, da Wolfson College, University of Oxford and University of Sussex, que aborda a ausência de memoriais sobre os genocídios ocorridos na Índia e no Paquistão. O artigo que abre a edição é intitulado “O peso do tempo: consequências da lentidão no processo de tombamento e seus impactos na preservação da Fazenda Limeira”, de autoria de Luciana Aparecida de Oliveira, que trata sobre a ineficiência da legislação para uma preservação que seja efetivamente sustentável e positiva ao bem. No texto “Memórias sim, esquecimento jamais: revisitando matrizes africanas no cotidiano através do patrimônio”, de Carine Medianeira Buss Flores Dias e Fernando Souto Dias Neto, os autores abordam como as manifestações culturais de matrizes africanas ainda são marginalizadas no processo de preservação dos institutos responsáveis.

A educação para o patrimônio e seus potencialidades são abordadas por Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges, Débora Gonçalves Barbosa e Lucas Thiago Rodarte Alvarenga, em “Questões sobre os usos do patrimônio arquitetônico no ensino de História: um estudo de caso das igrejas de São Pedro dos clérigos (Recife - PE) e de Nossa Senhora do Carmo (João Pessoa - PB)”. O último artigo que compõe o dossiê foi escrito por Daniel Rodrigues Tavares, intitulado “Patrimônio Cultural da Amazônia MosqueireNSE e História no Novo Ensino Médio”, no qual o autor reflete sobre como o patrimônio cultural pode ser utilizado em sala de aula, especificamente, dentro dos moldes do Novo Ensino Médio.

Por fim, a edição ainda conta com um artigo em sua seção livre que aborda a conturbada trajetória do pastor metodista Justus Nelson, de autoria de João Gabriel Gabriel Moraes de Souza, intitulado “A trajetória de Justus Nelson em Belém do Pará na época da laicização do Estado”.

Agradecemos aos que submeteram os seus textos e desejamos uma boa leitura!